



OBESIDADE INFANTIL NA REGIÃO SUDESTE: UMA ANÁLISE DE DADOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA REGISTRADOS NO SISVAN

Larissa Silva Gradil Costa¹, Kenia de Andrade Amaral², Thiago Lima Siqueira³, Bárbara Lettyccya Pereira Chacon de Araújo⁴, Isabella Ferreira da Silva Pitanga⁵, Lourdes Maria de Melo Barros⁵, Vanessa Omena Monteiro de Carvalho⁵, Beatriz Pellizzaro Cavassin⁶, Raíssa Beatriz Silvestre Carneiro⁴, Adriane Souza do Nascimento⁷, Rodrigo Daniel Zanoni⁸

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A obesidade em crianças é uma condição de saúde que acarreta sérias repercussões, incluindo a diminuição da estatura, dislipidemia, problemas cardiovasculares e respiratórios, entre outros. Considerando a relevância do acompanhamento nutricional durante a infância para monitorar e identificar precocemente fatores que influenciam o estado nutricional das crianças, este estudo tem como objetivo descrever o estado nutricional de crianças acompanhadas pela atenção primária visando identificar a prevalência da obesidade infantil na região sudeste do Brasil, no ano de 2022. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, ecológico e quantitativo de dados obtidos por meio de relatórios públicos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), sendo consideradas as variáveis: fase da vida "criança", idade "0 a < 5 anos", região "sudeste". Para este estudo considerou-se a avaliação por meio do Índice de Massa Corporal para Idade (IMC/I). Foram avaliadas 1.963.863 crianças menores de cinco anos de idade acompanhadas pelo SISVAN no ano de 2022. Destas, 597.531 crianças possuíam excesso de peso. Observou que São Paulo possui a maior porcentagem de risco de sobrepeso (19,1%), o Rio de Janeiro possui a maior taxa de sobrepeso e obesidade, 7.7% e 6.6%, respectivamente. A razão principal que justifica os casos de excesso de peso entre as crianças, reside no desequilíbrio entre a ingestão e o gasto de calorias, frequentemente originado por padrões alimentares inadequados, incluindo o consumo de alimentos altamente calóricos e ricos em gordura, associados à falta de atividade física ou ao sedentarismo. Essa situação demanda a implementação de programas efetivos de educação alimentar, incentivo à prática de atividades físicas e campanhas de conscientização em nível nacional.

Palavras-chave: Obesidade. Estado nutricional. Criança. Vigilância Alimentar e Nutricional.



CHILDHOOD OBESITY IN THE SOUTHEAST REGION: AN ANALYSIS OF PRIMARY CARE DATA REGISTERED IN SISVAN

ABSTRACT

Obesity in children is a health condition that has serious repercussions, including reduced height, dyslipidemia, cardiovascular and respiratory problems, among others. Considering the relevance of nutritional monitoring during childhood to monitor and identify early factors that influence the nutritional status of children, this study aims to describe the nutritional status of children monitored by primary care in order to identify the prevalence of childhood obesity in the southeastern region of Brazil, in the year 2022. This is a cross-sectional, descriptive, ecological and quantitative study of data obtained through public reports from the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN), considering the variables: "child" stage of life, age "0 to < 5 years", "southeast" region. For this study, assessment was considered using the Body Mass Index for Age (BMI/I). 1,963,863 children under five years of age were evaluated followed by SISVAN in 2022. Of these, 597,531 children were overweight. It was noted that São Paulo has the highest percentage of overweight risk (19.1%), Rio de Janeiro has the highest rate of overweight and obesity, 7.7% and 6.6%, respectively. The main reason behind cases of excess weight among children lies in the imbalance between calorie intake and expenditure, often caused by inadequate eating patterns, including the consumption of high-calorie and high-fat foods, associated with a lack of physical activity or sedentary lifestyle. This situation demands the implementation of effective nutritional education programs, encouragement of physical activity and awareness campaigns at a national level.

Keywords: Obesity. Nutritional status. Child. Food and Nutrition Surveillance..

Instituição afiliada – 1- Centro Universitário UniFTC. 2- Universidade Estácio de Sá. 3- Universidade ISEIB. 4- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 5- Centro Universitário UniFacid. 6- Centro Universitário Campo Real. 7- Universidade Professor Edson Antônio Velano. 8- Faculdade São Leopoldo Mandic.

Dados da publicação: Artigo recebido em 29 de Novembro e publicado em 09 de Janeiro de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v6n1p569-579>

Autor correspondente: Larissa Silva Gradil Costa nutrilarissagradil@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A obesidade, que afeta uma parcela significativa da população mundial, é reconhecida como um sério desafio para a saúde pública. Isso se deve aos consideráveis riscos que representa para a saúde individual, aos custos elevados que impõe à sociedade e à marginalização social associada. Os primeiros meses de vida desempenham um papel crítico no estabelecimento do risco de desenvolver obesidade ao longo do ciclo vital. Isso ocorre porque crianças que registram índices mais elevados de massa corporal (IMC) ou experimentam um ganho de peso acelerado durante esse período têm maior probabilidade de enfrentar a obesidade durante a infância, adolescência e vida adulta (CAMARGOS et al., 2019; COSTA et al., 2023).

Há consenso de que a prevalência da obesidade infantil está em ascensão, acarretando diversas complicações tanto na infância quanto na idade adulta. Lidar com essa condição durante a infância pode ser ainda mais desafiador do que na fase adulta, dado que envolve alterações de hábitos e a disponibilidade dos pais, além da limitada compreensão da criança sobre os riscos associados à obesidade (ZIGARTI; JUNIOR & FERREIRA, 2021).

Conforme um estudo realizado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) em 2019, que abrangeu crianças com idades entre 5 e 10 anos, aproximadamente 10% delas demonstraram estar acima do peso para a idade. Adicionalmente, as projeções indicam que até o ano de 2030, o Brasil poderá apresentar uma taxa de aproximadamente 22,8% de crianças entre 5 e 9 anos e 15,7% de crianças entre 10 e 19 anos com obesidade (CAMPOS et al., 2023).

A obesidade em crianças é uma condição de saúde que acarreta sérias repercussões, incluindo a diminuição da estatura, dislipidemia, problemas cardiovasculares e respiratórios, entre outros. Há também uma associação com o desenvolvimento de câncer, e essas condições tendem a se agravar se não forem abordadas durante a infância (MENEGON; SILVA; SOUSA, 2022).

Nesse sentido, a vigilância em saúde desempenha um papel crucial no monitoramento do estado nutricional da população brasileira para garantir uma abordagem abrangente na atenção à saúde, mapeando e avaliando problemas e



necessidades. O Ministério da Saúde utiliza o SISVAN para registrar e disseminar informações sobre avaliação antropométrica e consumo alimentar na Atenção Básica, abrangendo todas as fases da vida e diversas características demográficas, como sexo, raça, escolaridade, e pertencimento a comunidades tradicionais em todas as regiões do país (PORTO et al., 2021).

Considerando a relevância do acompanhamento nutricional durante a infância para monitorar e identificar precocemente fatores que influenciam o estado nutricional das crianças, este estudo tem como objetivo descrever o estado nutricional de crianças acompanhadas pela atenção primária visando identificar a prevalência da obesidade infantil na região sudeste do Brasil, no ano de 2022.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem transversal, descritiva, ecológica e quantitativa. Os dados foram obtidos a partir de relatórios públicos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Departamento de Informação no Sistema Único de Saúde (DATASUS), acessados por meio do site <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>.

O SISVAN WEB reúne informações antropométricas e indicadores de consumo alimentar de diferentes grupos: crianças (< 10 anos), adolescentes (\geq 10 anos e < 20 anos), adultos (\geq 20 anos e < 60 anos), idosos (\geq 60 anos) e gestantes, por meio da criação de relatórios. Essa consolidação ocorre mensalmente, abrangendo grandes regiões, estados e municípios (PORTO et al., 2021).

Na elaboração dos relatórios, foram agrupados os estados da região Sudeste, considerando as variáveis: fase da vida "criança" e idade "0 a < 5 anos", com base nos registros da Estratégia e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB).

A estratégia e-SUS AB tem como objetivo fornecer um novo sistema de informação em saúde, adaptado às distintas exigências de informatização e organização dos municípios. Busca modernizar a plataforma tecnológica, oferecer suporte à gestão do cuidado, aprimorar a coleta de dados, integrar-se com os diversos sistemas utilizados na atenção básica e melhorar a especificidade das informações de saúde (CIELO et al., 2022).

Para avaliar o estado nutricional de crianças, são utilizados diversos índices



antropométricos. Porém, para este estudo considerou-se a avaliação por meio do Índice de Massa Corporal para Idade (IMC/I), que é utilizado para identificar o excesso de peso entre crianças e tem a vantagem de ser um índice que será utilizado em outras fases do curso da vida (ALVES et al., 2019). A classificação de crianças, segundo IMC/ Idade, é expressa com base no escore z, adotando-se os seguintes pontos de corte para categorização dos resultados: risco de sobrepeso: Escore-z $\geq +1$ e $\leq +2$; sobrepeso: Escore-z $\geq +2$ e $\leq +3$; e obesidade: Escore-z $> +3$ (LIRA et al., 2017).

Considerando que este estudo utiliza dados secundários de domínio público, sem a capacidade de identificar os participantes, a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos não é necessária, conforme estabelecido na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incidência da obesidade em crianças e adolescentes está em ascensão na maioria dos países, emergindo como um dos problemas nutricionais mais relevantes na atualidade. Esse fenômeno é observado mesmo em nações em desenvolvimento, onde subsistem regiões e grupos sociais ainda enfrentando desafios de fome e desnutrição. Estudos recentes têm investigado essa tendência crescente, buscando compreender os fatores subjacentes e desenvolver estratégias eficazes para mitigar esse preocupante quadro de saúde pública (MOURA; SOUSA, 2022).

No presente estudo foram avaliadas 1.963.863 crianças menores de cinco anos de idade acompanhadas pelo SISVAN no ano de 2022 na região sudeste. Destas, 597.531 crianças possuíam excesso de peso. Evidencia-se na tabela 1, diferenças significativas nas prevalências de magreza e sobrepeso na região sudeste, refletindo dessa forma o cenário de transição nutricional ainda enfrentado no país.

Observa-se que São Paulo (SP) possui a maior porcentagem de Risco de Sobrepeso (19,1%), seguido do Espírito Santo (ES) (18%) e Rio de Janeiro(RJ) (17%). Em se tratando da classificação de sobrepeso, o estado do Rio de Janeiro destaca-se com uma taxa de 7.7%, sendo seguido pelos estados do Espírito Santo e São Paulo, com 7.4% e 7.3%, respectivamente.

Tabela 1- Classificação das crianças em relação ao índice IMC/I na região sudeste, em 2022.



IMC X IDADE

| UF | Magreza acentuada | | Magreza | | Eutrofia | | Risco de sobrepeso | | Sobrepeso | | Obesidade | | Total |
|--------------|-------------------|-------------|---------------|-------------|------------------|--------------|--------------------|--------------|----------------|-------------|----------------|-------------|------------------|
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | |
| | Es | 2.791 | 2.6% | 3.199 | 3.0% | 69.290 | 64.1% | 19.491 | 18.0% | 7.949 | 7.4% | 5.358 | |
| MG | 17.736 | 2.8% | 21.847 | 3.5% | 405.102 | 64.1% | 107 | 16.9% | 44.887 | 7.1% | 35.147 | 5.6% | 631.719 |
| RJ | 10.123 | 3.1% | 10.452 | 3.2% | 204.548 | 62.4% | 55.743 | 17.0% | 25.367 | 7.7% | 21.599 | 6.6% | 327.832 |
| SP | 12.971 | 1.5% | 21.320 | 2.4% | 586.953 | 65.5% | 171.472 | 19.1% | 65.036 | 7.3% | 38.482 | 4.3% | 896.234 |
| Total | 43.621 | 2.2% | 56.820 | 2.9% | 1.265.893 | 64.5% | 353.706 | 18.0% | 143.239 | 7.3% | 100.586 | 5.1% | 1.963.863 |

Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Valores semelhantes referentes ao risco de sobrepeso foram encontrados no estudo de Lira et al., onde encontraram prevalências de risco de sobrepeso entre os patamares de 16-20% das crianças analisadas (LIRA et al., 2017). De acordo com Camargos et al., a prevalência de sobrepeso foi de 4,8% para crianças residentes da cidade de Diamantina-MG (CAMARGOS et al., 2019).

A razão principal que justifica os casos de sobrepeso, reside no desequilíbrio entre a ingestão e o gasto de calorias, frequentemente originado por padrões alimentares inadequados, incluindo o consumo de alimentos altamente calóricos e ricos em gordura, associados à falta de atividade física ou ao sedentarismo (CABRERA et al., 2014). Detectar o excesso de peso na infância é crucial para possibilitar intervenções precoces e prevenir complicações. A persistência desse quadro torna o tratamento mais desafiador e dificulta a adoção de novos hábitos (SPERANDIO et al., 2011).

Recentemente, observou-se uma notável deterioração no padrão alimentar das pessoas, o que teve repercussões significativas na população infantil. Esse fenômeno ocorreu em meio à pandemia da COVID-19, que, devido ao isolamento social, provocou alterações nos hábitos familiares. Como resultado, a inatividade física, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos e o aumento no consumo de alimentos pouco saudáveis tornaram-se práticas habituais na vida das famílias (CAMPOS et al., 2023).

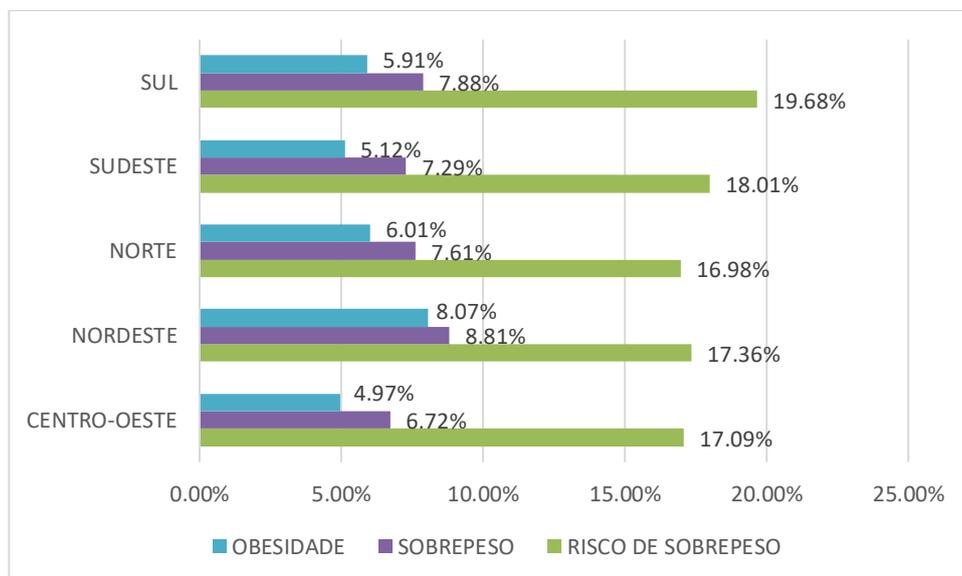
Junto com a transição nutricional, o ambiente familiar desempenha um papel crucial na influência na saúde e nas escolhas alimentares das crianças. Uma pesquisa que explorou a ligação entre as práticas alimentares dos responsáveis e o estado nutricional das crianças revelou que a maioria dos cuidadores de crianças com excesso de peso também apresentava excesso de peso. Isso destaca a necessidade urgente de

educação nutricional nas famílias, visando promover escolhas alimentares saudáveis (PORTO et al., 2021).

Em se tratando da classificação de obesidade, nota-se uma maior predominância de crianças obesas no Rio de Janeiro (6.6%), logo atrás nota-se o estado de Minas Gerais (5.6%) e Espírito Santo. Apesar do estado de São Paulo ser o mais populoso do Brasil, apresentou a menor taxa de obesidade em crianças menores de cinco anos de idade, com o percentual de 4.3%.

A figura 1 demonstra a prevalência do estado nutricional, de acordo com o índice IMC/I segundo os dados de risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade, entre os menores de cinco anos de idade, nas regiões brasileiras de acordo os registros do SISVAN em 2022.

Figura 1- Comparação das prevalências de risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade entre as regiões do Brasil, no ano de 2022.



Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Nota-se na referida comparação que a região sul do país apresentou maior percentual de crianças com risco de sobrepeso, seguida da região sudeste, com 19.68% e 18.01%, respectivamente. Com relação ao sobrepeso e obesidade o Nordeste possui as maiores taxas, com 8.07% e 8,81%, superando em 3% o sobrepeso e em pouco mais de 1% o percentual de obesidade da região sudeste.

Segundo Santos et al., as taxas mais elevadas de obesidade infantil no Brasil se



concentram nas regiões Sul e Sudeste, influenciadas pelo maior desenvolvimento econômico dessas áreas. Esse cenário reflete diretamente no estilo de vida das crianças, caracterizado pelo consumo de alimentos ultraprocessados, aumento no tempo de exposição às telas e maior acesso à internet (SANTOS *et al.*, 2023).

A maioria dos estudos sugere que crianças de famílias com maior nível socioeconômico apresentam uma prevalência mais elevada de sobrepeso e obesidade em comparação com aquelas de níveis mais baixos. Observa-se, no entanto, que nos últimos anos, no Brasil, houve um aumento na prevalência de excesso de peso em crianças de todos os estratos socioeconômicos, incluindo aquelas pertencentes a famílias de baixo poder aquisitivo (CAMARGOS *et al.*, 2019; CAMPOS *et al.*, 2023; ZIGARTI; JUNIOR; FERREIRA, 2021), o que justifica os dados da figura 1, onde são observados maiores taxas de sobrepeso e obesidade no nordeste.

O estudo de Scapin, Moreira e Fiates (2015) revelou que pais de crianças com excesso de peso tendem a comprar com maior frequência alimentos ultraprocessados, como biscoito recheado, salgadinho de pacote e chocolate, em resposta aos pedidos de seus filhos. A preferência por alimentos industrializados foi notável, representando 84,3% das escolhas das crianças. Esses alimentos ultraprocessados são caracterizados por alta densidade energética, níveis elevados de gordura saturada e/ou trans, açúcar ou sal, e uma escassez de fibras e outros nutrientes (PAIVA *et al.*, 2023; SCAPIN; MOREIRA; FIATES, 2015).

Um estudo conduzido em Minas Gerais associou a alimentação inadequada das crianças à baixa ingestão de frutas, verduras e leguminosas. Além disso, identificou altos índices de obesidade entre estudantes no estado. Isso sugere uma possível conexão entre hábitos alimentares inadequados e a prevalência de obesidade em crianças na região durante o período mencionado (ALVES *et al.*, 2019).

Nos primeiros anos de vida, é essencial fornecer orientação alimentar precisa e específica para que os cuidadores compreendam não apenas quais alimentos devem ser consumidos, mas também a maneira de os preparar, a quantidade adequada e a idade apropriada para a introdução. Além disso, é fundamental que a família, a escola e a comunidade como um todo estejam comprometidas com um esforço coletivo para aprimorar a saúde da população infantil (ZIGARTI; JUNIOR; FERREIRA, 2021).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2022 a classificação de excesso de peso com base no IMC/I foi 25% maior do que aquelas com baixo peso. Esta prevalência destaca a urgência de iniciativas voltadas para a conscientização e promoção de hábitos de vida saudáveis em todo o país. A magnitude dos casos de sobrepeso em cada estado indica a necessidade de políticas públicas específicas, considerando as particularidades regionais e populacionais.

Essa situação demanda a implementação de programas efetivos de educação alimentar, incentivo à prática de atividades físicas e campanhas de conscientização em nível nacional. As autoridades de saúde devem considerar abordagens adaptadas a cada estado para abordar as distintas realidades e desafios enfrentados. O enfrentamento do sobrepeso não apenas promoverá a saúde individual, mas também contribuirá para a redução de problemas de saúde pública associados a essa condição.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M. et al. Estado nutricional de menores de 5 anos de idade em Sobral-CE.

SANARE, v. 18, n. 01, p. 50–58, 2019.

CABRERA, T. F. C. et al. Análise da prevalência de sobrepeso e obesidade e do nível do sudoeste de São Paulo. **Journal of Human Growth and Development**, v. 24, n. 1, p. 1–6, 2014.

CAMARGOS, A. C. R. et al. Prevalência de sobrepeso e de obesidade no primeiro ano de vida nas Estratégias Saúde da Família. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 32–38, 2019.

CAMPOS, B. T. L. et al. Obesidade infantil na atualidade : fatores de risco e complicações futuras. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 2, p. 5838–5845, 2023.

CIELO, A. C. et al. Implantação da Estratégia e-SUS Atenção Básica: uma análise fundamentada em dados oficiais. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, n. 5, p. 1–13, 2022.

COSTA, L. S. G. et al. PREVALÊNCIA DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR OBESIDADE NO BRASIL, ENTRE 2018 E 2022. **Brazilian Journal of Implantology and**



Health Sciences, v. 5, n. 4, p. 1–11, 2023.

LIRA, M. C. DA S. et al. Estado nutricional de crianças segundo critérios do SISVAN em municípios do estado de Alagoas. **Mundo da Saude**, v. 41, n. 1, p. 68–76, 2017.

MENEGON, R.; SILVA, W. G. DA; SOUSA, P. M. L. S. DE. Obesidade infantil : medidas de prevenção. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. 1–8, 2022.

MOURA, M. S. B.; SOUSA, P. V. DE L. Avaliação do estado nutricional de crianças nos últimos 5 anos no Piauí: dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e471111638089, 2022.

PAIVA, V. V. et al. Situação nutricional de crianças menores de cinco anos acompanhadas pela atenção básica na região nordeste. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 5947–5963, 2023.

PORTO, N. B. et al. Panorama da obesidade em crianças brasileiras cadastradas no SISVAN: análise de uma década. **Scientia Medica**, v. 31, n. 1, p. 1–8, 2021.

SANTOS, M. F. S. R. et al. Obesidade infantil no Brasil: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 11, p. e59121143699, 2023.

SCAPIN, T.; MOREIRA, C. C.; FIATES, G. M. R. Influência infantil nas compras de alimentos ultraprocessados: Interferência do estado nutricional. **Mundo da Saude**, v. 39, n. 3, p. 345–353, 2015.

SPERANDIO, N. et al. Comparação do estado nutricional infantil com utilização de diferentes curvas de crescimento. **Revista de Nutrição**, v. 24, n. 4, p. 565–574, 2011.

ZIGARTI, P. V. R.; JUNIOR, I. DA S. B.; FERREIRA, J. C. DE S. Obesidade infantil: Uma problemática da sociedade atual. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. 1–7, 2021.